

Re-pensando a noção de interpretação: transparência ou opacidade?

HÉLDER SOUSA SANTOS

*Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia.
e-mail: helder_sousa@terra.com.br*

Resumo: Sob crivo teórico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa fundada por Michel Pêcheux e seus colaboradores da década de 60, nosso artigo re-analisa a noção de *interpretação* em estudos de linguagem, assumindo que algo daí pode nos dizer do trabalho de leitores, e não exatamente do desejo desses por revelar sentidos supostamente “significados” em um dado texto. Para tanto, construímos uma análise acerca de gestos de interpretação que um aluno-vestibulando, via leitura e interpretações realizadas por ele com o texto motivador presente em uma prova de redação de vestibular, materializou na redação que formulou para a instância vestibular. Em decorrência, enfatizamos que todo gesto de ler-interpretar-(re)formular textos implica sentidos da ordem do diferente, já que estes são sempre e-feitos do real da língua; real que, ao afetar o dizer, desloca nosso olhar para a não-totalidade do simbólico.

Palavras-chave: interpretação; opacidade; redação de vestibular; transparência de sentidos.

Abstract: Under a theoretical perspective of the Discourse Analysis of French line founded by Michel Pêcheux and his collaborators of the 1960s, our paper re-examines the notion of *interpretation* in language studies, assuming that something there can tell us about the work of readers, and not just their desire to reveal these meanings supposedly “signified” in a text. Therefore, we constructed a review about gestures of interpretation that a student, by reading and interpretations carried out with the motivational text in the test-writing of an entrance examination, materialized in writing that formulated for this examination. As a result, we emphasize that every gesture of reading-interpreting-(re)formulating texts implies the order of different senses, since these are effects of the language reality; a reality that, when affecting the communication, puts us in front of the non-whole of the symbolic.

Keywords: interpretation; opacity; writing; transparency of meaning.

*Quando contamos uma história a um camponês, ele ri três vezes. A primeira, quando a contamos. A segunda, quando a explicamos. A terceira quando ele a entende. Um burguês, por sua vez, ri duas vezes. A primeira, quando a contamos. A segunda, quando a explicamos. Mas, de qualquer maneira, ele não a entende. O oficial só ri uma vez, quando a contamos; ele não nos dará tempo de explicá-la, e não estará presente para entendê-la.
A língua inatingível, R. GEIGER (apud Gadet & Pêcheux, 2004, p. 214).*

Considerações iniciais

A reflexão sobre a noção de *interpretação* em trabalhos de linguagem não é nada recente. Há algum tempo, linguistas e estudiosos da questão empenham-se em descrever e caracterizar mecanismos já concebidos como “corretos” para gestos

de ler-interpretar textos, bem como papéis daqueles que ficam sob constante injunção de ter de reproduzir a outrem aquilo que ouviram ou leram em algum lugar. Desses trabalhos, de uma forma geral, o que se pode apreender acerca dos estatutos da atividade de interpretação textual é que há diferentes abordagens de texto e de leitura circundando os estudos linguísticos; todas, realmente, ocupadas em destacar modos/lugares determinantes do/no processamento e na produção da leitura. Nessas abordagens, com efeito, busca-se meta-enunciar aquilo que melhor poderia nos servir para esclarecer a complexa relação sujeitos-(de)-linguagem-sentidos.

Sendo assim, à prática de ler e interpretar textos, linguistas e estudiosos do assunto procuram, unanimemente, atribuir funções/finalidades gerais como: (i) apreender o conteúdo de uma frase/enunciado, (ii) decifrar uma informação textual, (iii) extrair o significado de determinada palavra, expressão. Ou ainda, (iv) diz-se que ler e interpretar corresponde a um trabalho de construir sentidos para um texto, considerando-se sempre haver aí implicações de fatores discursivos — tais como o *contexto*²⁶ e os *sujeitos* que, ideologicamente, direcionam sentidos para o que pode (e deve) ser (re)formulado linguisticamente —, os quais são determinantes da própria linguagem.

Acerca dessas funções pontuadas para as práticas de ler e interpretar textos, às quais apenas sumariamente nos aludimos aqui, observa-se, pois, que a noção de interpretação configura-se para teóricos do assunto sob dois modos distintos de compreender fatos a elas implicados. Primeiramente, enquanto uma *tarefa de explicar significados “originais”* que já estariam postos nos textos — como se esses significados fossem evidentes, comuns e acessíveis a quaisquer leitores! — e, secundariamente, enquanto *prática de linguagem* que, atenta às intenções de um autor²⁷, busca (re)construir a essência de conteúdos que uma materialidade linguística re(a)presenta.

No que concerne a essa segunda função, Rajagopalan (2003, cf., p. 64) esclarece-nos de que existem trabalhos que encaram a noção de interpretação como sendo um processo de ampliação, de alargamento de significados de textos, tratando-se, pois, de uma atividade em que leitores, atentos ao que é congruente com a intenção de um autor, “explicitam sentidos de um texto”. Aqui, gostaríamos de destacar que, embora seja esta a função que grande parte de trabalhos atuais atribuem à interpretação, há daí a crença de que os sentidos que um leitor reconstrói para o que lê advêm unicamente do texto. Em publicações de linguística textual²⁸, nos textos de Koch (2009, p. 12), por

¹ Fuchs (1991, cf. p. 109) comenta que a noção de contexto, bastante aludida no dia a dia por qualquer um de nós, funciona, imaginariamente, como espécie de um *filtro da interpretação*. Filtro que, na concepção da autora, *apenas “supõe resolver problemas de significação”*, dado que qualquer palavra reclama para si um contexto; daí, nessa circunstância, o próprio texto passar a ser um objeto cuja significação é (sempre) contextualizada. Quanto a isto, Fuchs (ibidem) faz uma ressalva, argumentando que tal noção “orienta, induz a produção de significados, mas não os determina”.

² Por autor, semelhante à Orlandi (1998, p. 13), entendemos que se trata de um “[...] princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações, o que o coloca como responsável pelo texto que produz”.

³ Grigoletto (2003, cf., p. 94) nos diz que nesses trabalhos, apesar de prevalecer uma abordagem de leitura-interpretação como sendo uma prática de linguagem em que se busca (pro)mover significados a partir da inter-relação leitor-texto-autor, encontram-se grandes contradições. Uma dessas contradições, segundo a autora, faz-se notável ante a certeza dada de que há um significado explícito operando nos textos, a partir do qual o leitor produz “sua” interpretação. Ora, tal qual Grigoletto (ibidem) questiona essa abordagem, retomamos aqui sua interrogação:

exemplo, argumenta-se em favor de uma concepção de leitura-interpretação como “[...] uma atividade de produção de sentidos”, que é produto da tríade interação²⁹ autor-texto-leitor. Se, nessa perspectiva, interpretar significa reconstruir sentidos/intenções que um autor formulou em seu texto, onde estariam esses sentidos, essas intenções: no texto, no autor ou no leitor?, perguntamo-nos.

Como estamos inscritos em uma perspectiva teórica discursiva – na AD de linha francesa, especificamente – que não se ocupa em dizer onde está/estão (ou qual/quais é/são) exatamente o(s) sentido(s) de um texto, mas em expor aos olhares de leitores sua opacidade constitutiva, não temos a resposta para a questão que acabamos de levantar acima. Foi justamente nesse lugar de desconforto, da não-resposta acerca da “origem do sentido” que, também, nos propusemos a desenvolver essa discussão. A princípio, como destacamos até aqui, tendo em vista o que a literatura especializada entende por interpretação, para mais adiante, conforme a análise que trazemos, assumirmos que a prática de ler-interpretar textos movimentou-nos para perceber o lugar do outro enunciado, do enunciado diferente, lugar que é senão o da própria interpretação.

Ora, assumir que o sentido pré-existe em uma dada materialidade linguística – esta tomada por um leitor enquanto *toda* – é simplesmente concordar com a ideia de que textos são portadores de conteúdos (são produtos acabados), conteúdos que, a seu leitor, restaria apenas recuperar. Este, a nosso ver, corresponde ao grande problema da interpretação: conceber, na condição de leitor, que os significados “corretos” para determinado texto são absolutamente estáveis, e não (e)feitos de um engenho relacional entre-signos-palavras-enunciados que um autor colocou em curso no que diz/enuncia, como, efetivamente, os são.

Outro problema que aqui cabe mencionar, estando este também relacionado à noção de interpretação, diz respeito – consoante estudos discursivos criticam – à crença de haver um sujeito autônomo, consciente, “senhor” de si, “senhor” de uma (“a sua”) verdade. A esse sujeito atribui-se a tarefa de encontrar significados para as coisas do mundo, significados que, na sua óptica, acabam excluindo a função do que seja interpretar, dado que seriam anteriores à própria noção de interpretação, ficando, pois, ao suposto sujeito consciente a tarefa de encontrá-los (“estáveis”) na letra, letra que o faria imaginar que os “contêm”.

Face a esses dois problemas que envolvem a noção de interpretação – a suposta *imutabilidade de significados* (estes já “presentes” em textos), e uma suposta *consciência da “existência”* desses da parte do leitor –, optamos por repensá-la aqui em nosso estudo como sendo lugar de rebeldia de sentidos que podem ser ressignificados.

Para conseguirmos aduzir isso em nosso estudo, escolhemos, a princípio, desenvolver uma profícua discussão sobre a noção de estrutura (em) linguística, procurando daí destacar o fato de que esta, assim como a noção de significação, não está/estão para algo que preexista à escritura de um sujeito que lê-interpreta o simbólico, e disso produz significados para o que lê. Ademais, o presente trabalho se ocupa em

“se o significado não se encontra fixo no texto, como é possível falar em literalidade e significado explícito?”.

⁴ No que tange à noção de leitura-interpretação enquanto interação, Orlandi (2008, cf., p. 9) argumenta que não se trata bem disso o que ocorre quando se está diante do simbólico. Nas palavras da autora (ibidem), “(...) o leitor não interage com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outro(s) sujeitos(s) (leitor virtual, etc.)”. Trata-se, pois, parafraseando Orlandi (ibidem), de uma relação entre homens, portanto, histórica (de sentidos), mesmo que mediada por objetos, no caso, por textos.

desenvolver uma análise de uma redação de vestibular, na qual se encontram significados (re-des)construídos a partir de gestos de interpretação que um aluno vestibulando realizou do chamado texto motivador que fez parte de uma prova de redação de vestibular.

A priori, vejamos então como ficam essas questões arroladas acima a partir da discussão seguinte que retoma a noção de estrutura (em) linguística.

1. Notas sobre a noção de Estrutura (em) Linguística

Uma vez que estamos discutindo sobre a noção de interpretação em trabalhos de linguagem — transparência ou opacidade? —, não faria sentido algum deixar de convocar aqui uma breve reflexão sobre estrutura (em) linguística. No que concerne a esta, o quanto antes, cabe salientar que Saussure — pai da ciência linguística moderna — jamais a empregou no *Curso de Linguística Geral* (CLG, 2006).

Para esse linguista, então, *a língua é sistema de signos*, e não exatamente uma estrutura que já preexista enquanto organização regular de (“seus”) dados. Saussure, no CLG, efetivamente, nega qualquer possibilidade de haver uma essência anterior ao que ele designa de signo linguístico, para sustentar a tese de que há uma língua que é forma, posto que, nesta condição, ela se (re)produz como efeito de relações que demandam de um sistema — sistema que, virtualmente, poderá ser (re-des)construído, no caso, por um falante/leitor/intérprete.

Sendo assim, essa nossa ressalva anterior se justifica face à indistinção que desses termos (estrutura e sistema) se faz notar em diversos trabalhos de linguagem — indistinção que, por sinal, urge ser barrada. Isso, no entanto, não nos impede, conforme assevera Benveniste (1988, cf., p. 99), de reconhecermos uma estrutura a qual seja capaz de comportar relações (re)clamadas pelo próprio sistema da língua. A noção de estrutura, nas palavras desse autor (idem, p. 102), pode, com efeito, estar “intimamente ligada à de ‘relação’ no interior do sistema”, correspondendo, pois, a uma propriedade que, antes de tudo, decorra dele.

Mas, por que falar de interpretação, buscando para isso convocar o que se “dizer” estrutura (em) linguística? Ora, uma forma de aqui começarmos a problematizar esse nosso questionamento está na própria alternância de sentidos que o título deste artigo enreda, no caso, especificamente, ao se interrogar qual seja o estatuto da noção de interpretação: transparência *ou* opacidade (?) e, também, na epígrafe que está logo abaixo dele; epígrafe que, até o presente momento, mantém-se, de nossa parte, “velada” ao leitor, cabendo a este tentar “decifrar” os motivos de ela abrir este estudo.

Começamos, então, pelo título, título que promove, a saber, a exclusão de um de seus termos. Assim, se retomarmos rapidamente o que foi discutido no tópico inicial, há que se perceber aí nossa inquietude em começar a dizer que a noção de interpretação, quando observada no âmbito de trabalhos da AD de linha francesa, não se vale de meios para querer saber qual o sentido (o conteúdo) que um texto parece carregar. Diferentemente, nesses trabalhos, por se assumir a tese de que a língua não é transparente, portadora de sentidos (mas, sim, opaca), fala-se de interpretação como sendo uma forma de injunção ao homem, o qual não pode evitá-la, ou sequer mostrar-se a ela indiferente (Cf. ORLANDI, 2004, p. 10).

Dado que a língua não é transparente, o que daí implica reconhecer que os sentidos para uma materialidade linguística formulada não são, por excelência, projetos de

um autor, o qual teria o controle do que diz no que escreveu, o título que trazemos para nosso texto cuida em assumir a segunda de suas opções, a ideia de interpretação enquanto opacidade. Neste ponto, existem motivos para trazermos aqui uma breve discussão sobre estrutura (em) linguística.

Com efeito, assumimos que, por ser opaca qualquer estrutura, no caso, um texto já formulado — opaca porque é feita(o) da/na tensa relação língua, história, sujeito(s) e ideologia(s) —, não existe uma interpretação definitiva para o que, a partir dela/dele, se lê. Quanto a isto, cumpre apenas salientar que esta é a postura teórica que permitiu à AD afirmar que uma estrutura linguística/um texto é da ordem de uma não-totalidade. Nesta condição, esta/este é senão opacidade, opacidade que, somente nos limites de “seus” sentidos, permite ser mostrada, interpretada.

Portanto, no que respeita à noção de estrutura, enfatizamos o fato de ela ser de natureza relacional. Pensada dessa maneira, evita-se olhar para um texto como sendo acúmulo de signos que já encerram (entre si) sentidos. Assim, por apresentarem caráter relacional os elementos de uma estrutura linguística, esclarece-se a nós que o sentido que daí um leitor (re)constrói nunca pode ser, enfaticamente falando, *o sentido*, já que, em matéria de interpretação, conforme afirma Orlandi (1988, p. 10), o ponto de vista defendido pela AD é o de que “[...] se considere o sentido como ‘relação a’”, compreendendo disso que não existe gênese deste em textos. Em consequência de tal ponto de vista, é oportuno lembrarmos que um leitor não atribui sentidos por si mesmo ao que lê; ele, ao contrário, os interpreta/os produz, porque está imerso na história, história que, por sua vez, lhe permite movimentar diferentes redes de memórias.

Outro apontamento — agora mais prático, ou seja, um exercício (nosso) de interpretação — que aqui cabe salientar acerca da noção de estrutura segue-se, conforme há pouco dissemos, construindo algum esclarecimento para epígrafe que abre este estudo, a qual consta de uma citação presente na obra *A língua inatingível*, de Gadet & Pêcheux (2004).

Ora, como esses autores não concordam com a ideia de uma *língua que seja toda*, agarrável por aqueles que defendem sua soberania (no caso, dos chamados gramáticos da politizada língua padrão), ou por aqueles que nada disso militam (no caso, dos chamados libertários que são a favor da língua de uso, da língua que se diz ser “realidade”/“una” na boca do falante), torna-se, de nossa parte, possível — sem perder de vista essas perspectivas de língua enquanto totalidade para seu falante — produzir interpretações acerca dos risos (Cf., epígrafe) que um camponês, um burguês e um oficial poderiam manifestar àquilo que ouviriam de uma dada história que lhes fosse contada.

Primeiramente, em se tratando do riso de um camponês, consideramos ter essa personagem um possível gozo de rir três vezes, pois entre as etapas do contar, do explicar e do entender uma dada história que ouviria, efetuar-se-iam três mo(vi)mentos de interpretação, movimentos que acabariam gerando três estruturas de linguagem que não seriam exatamente iguais.

O fato então de esse camponês poder manifestar três momentos de risos diante de um “mesmo” (re)conto acusa para nós que a leitura-interpretação que daí (de estruturas linguísticas animadas por um contador) ele produziria poderia, sim, ir (se) resignificando em cada um de seus gestos de interpretar o que seria (meta)enunciado. A nosso ver, trata-se de três risos, justamente porque um camponês — ser de natureza rústica, “aparentemente” mais distante que outras pessoas da língua atingível — representa, para o senso comum, alguém que desconhece a própria língua que é “sua”. No entanto, diz a epígrafe que o camponês, no último dos (re)contos, seria capaz de “en-

tender” o que poderia lhe dizer tal história.

Quanto ao segundo dos risos que a referida história citada por Gadet & Pêcheux representa (os dois risos de um personagem burguês), assumimos que, também, eles poderiam ser produzidos a partir de duas estruturas linguísticas, também, diferentes; de estruturas em que se faria notar aquilo que uma (ou outra) não (d)enunciariam claramente. Contudo, a referida epígrafe relata que o burguês — aquele de quem supomos ter privilégios (por que não linguísticos?) em relação a um camponês —, entre as etapas de contar e explicar a “mesma” história, não a entenderia, somente dela riria. Acerca disso, ressaltamos, pois, que, da parte do burguês “privilegiado”, a língua em que lhe viriam (re)apresentar a referida história ficaria como inatingível.

Para o terceiro dos risos, que por sinal limitar-se-ia a um (o riso de um oficial), observamos que, devido à postura deste, a quem sempre cabe assumir obrigações/regras que lhe confiam, seria “fiel” ao que lhe prescreveriam. O oficial, homem-esperto — que na história pode ser entendido como aquele que trabalha, opera sentidos sob desígnios de uma norma — talvez fosse aquele que, sem uma segunda explicação, já interpretaria e compreenderia corretamente o que lhe fosse contado. Mas isso não vem ao caso! A bem da verdade é que Gadet & Pêcheux (2004) citam essa história para, certamente, nos dizer de uma língua cuja estrutura totalizante é inatingível tanto àqueles que são legitimadores de uma norma, a norma padrão (no caso da figura da personagem oficial), quanto àqueles que se mostrariam ignorantes (ou não) (no caso do camponês e do burguês, respectivamente) à injunção de interpretar um dizer.

Em vista dessas discussões que o tópico em questão promove, para finalizá-lo, apenas salientamos que é assim que gostaríamos que o leitor entendesse a noção de estrutura (em) linguística: como sendo uma materialidade relacional que nunca se fecha a um único sentido. Ela, com efeito, abarca o equívoco. Equívoco que é constitutivo do próprio sentido que daí um leitor produz — e não bem um defeito.

A seguir, passamos a tratar da noção de equívoco na/da língua, o qual, uma vez mais aqui, nos permite problematizar a noção de interpretação, agora, enquanto lugar de (trans)formação de sentidos.

2. No *mo(vi)mento do ler-interpretar*⁵: o equívoco

Tendo em vista as discussões anteriormente arroladas em torno das noções de *estrutura* — estrutura que não significa para nós um depósito de significados supostamente estáveis, dado que estes só podem ser percebidos por um leitor na condição de relações que dela demandam — e de *interpretação*, gostaríamos de refletir um pouco mais sobre esta última noção (a de interpretação), agora, mais exatamente como sendo gesto de um leitor que produz reviramento de sentidos no simbólico. Trata-se de revi-

⁵ Apenas de passagem, lembramos que Pêcheux (2008, cf., p. 44), ao criticar abordagens estruturalistas que se viam na possibilidade de descrever, materialmente, arranjos textuais discursivos, excluindo daí a produção de interpretações, argumenta sobre a inviabilidade desta postura metodológica de estudo da língua. Face a essa impossibilidade de separar descrição de interpretação, o autor nos convence de que aquela já vem imbuída desta. Uma descrição de um fato linguístico, então, não garante o *sentido* absoluto/único para o que se descreve, justamente porque, ao se encontrar com o real da língua, tal sentido se abre a outros (im)possíveis sentidos.

ramento, porque não acreditamos em significados que sejam anteriores à prática de interpretar textos. Para isso, respaldamo-nos na noção pecheutiana de *real da língua*⁶, a qual cabe ser pensada aqui.

No que respeita então ao *real da língua*, trata-se, nas palavras de Pêcheux (2008, p. 43), de “[...] um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”. Sendo-o assim, na possibilidade de *um real que produz efeitos...*, não há como suspendermos a interpretação de enunciados (nem muito menos evitá-lo), fantasiando, por conseguinte, uma univocidade de sentidos que seria imanente aos textos — isso de tal forma que pudéssemos descrever dados “de” uma língua na condição de algo que fosse exterior ao próprio homem —, posto que, ante o simbólico, leitores não se furtam a ela.

Ora, se retomarmos nossas observações do tópico anterior, exatamente em lugares nos quais discorríamos sobre a epígrafe de nosso texto, haveremos, também, de entender por que um camponês, um burguês e um oficial teriam mo(vi)mentos diferentes de risos frente a uma “mesma” história que lhes fosse contada — eis aí um desconforto entre esses personagens: todos não saberiam bem exatamente que sentido seria esse que alguém lhes (re)produziria. Trata-se, nesse caso, de notarmos que haveria efeitos do real da língua, incidindo e produzindo aí diferentes sentidos, diferentes interpretações. Esses sentidos, por sua vez, estariam inclusive a movimentar produtor e intérprete da história em tela sob diferentes modos.

Com efeito, é assim que precisamos entender o que é interpretar. Uma vez que (já) percebemos que a prática de interpretação, conforme enfatizada aqui, não se limita a dizer qual é o sentido que o leitor imagina ter “o/no” texto, esclarece-se melhor agora o fato de que

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente) (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

É nessa perspectiva que compreendemos, pois, que estatutos possui o interpretar. Da forma com que, nessa citação, Pêcheux lida com o fato de um enunciado já trazer em si a disposição de não ser ele mesmo após ser interpretado, notamos (daí) que isso se dá devido à existência do real da interpretação, o qual não cessa de (não) produzir seus efeitos na língua. Neste ponto, admite-se que o simbólico seja inconsistente,

⁶ Assumir que há real implicado à noção de interpretação é justamente perceber que *a língua*, ou melhor, o discurso, *a priori*, (e)feito de sentido entre interlocutores, portanto, uma produção do SER (e não exatamente um instrumento na mão deste), *é materialidade*, materialidade que representa a base de processos sócio-histórico-ideológicos que envolvem sujeitos. Pensá-la assim nos faz mais certos de que a língua é o próprio homem, dado que é ele quem a produz. Acerca disso, lembramos que Pêcheux (1995), ao propor sua teoria não subjetiva da subjetividade — não subjetiva porque, aos olhos desse estudioso, o sujeito de linguagem não é “senhor de si”, não é “causa de si”, não é, pois, como garantiram teorias do chamado Idealismo alemão do séc. XIX, um sujeito-cognoscível — para analisar a noção de processos discursivos, corrobora exatamente isso: o fato de existirem subjetividades tentando “produzir” (-se na) a própria língua.

o que, com isso, já implica considerar o (“seu”) sentido plural na/da linguagem, o qual, constitutivamente, é efeito de equívoco⁷.

Acerca desse virtual sentido que seja plural na linguagem – sentido que seria resultado da presença do real da interpretação, de conflitos que ela própria (ao direcionar algum sentido) movimenta no simbólico –, cabe aqui fixar que se trata de um efeito de identificação daquele que o produziu com aquilo que, por meio dela, se “poderia” representar. No entanto, aludindo-nos a Pêcheux (2008, p. 18), deve-se considerar que tal identificação é sempre não-toda, passível, portanto, de inaugurar uma outra palavra, um outro sentido.

Sendo assim, a questão central implicada ao mo(vi)mento de ler-interpretar textos (d)enuncia para nós a/uma certeza de que há o real da interpretação afetando a língua da completude imaginária com que o leitor lida. Em vista disso, torna-se notável a nós que o real da interpretação não é exatamente um elemento inimigo à totalidade da língua, ou mesmo a “maldita” causa de furos (de equívocos) na estrutura desta. Pelo contrário, ele, o real – que simplesmente *é*, já que está para um efeito de natureza inominável, irrepresentável –, não pode, pois, ser evitado, dado que é constitutivo da própria estrutura da língua. Sua relação com o conhecimento, por exemplo, faz-nos perceber que há uma equivocidade constitutiva do/no saber. Equivocidade que, neste caso, põe em dúvida a desejada verdade de toda uma ciência; daí ser inclusive oportuno destacar, semelhante a Milner (1987, p. 7), que “tudo não se diz, pois há o impossível próprio à língua”: o real.

Resumindo tudo isso que acabamos de discutir sobre a noção de interpretação, diríamos que essa é a realidade da língua que temos: uma língua do real. Língua que, ao ser afetada por este, sempre estará se movimentando em um incessante jogo de sujeitos, sentidos e história.

Enfim, se interpretar não é uma atitude passiva de leitores, em que estes cuidariam por resgatar o(s) sentido(s) que imaginam presentificados em textos, parece, agora, mais claro ainda qual a função da interpretação. Nas palavras de Orlandi (2004, p. 64), interpretar é um trabalho (a princípio, de leitores), cujo papel é o de “[...] compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro”; é, também, não atribuir sentidos aos textos, mas, da parte de um analista de discurso, “expor-se à opacidade do texto” (ORLANDI, *ibidem*).

Passemos, agora, à análise de partes de uma redação de vestibular na qual se fazem notar gestos de interpretação que um aluno vestibulando aí materializou – gestos que se respaldaram em informações, a princípio, encontradas no texto motivador de uma prova de redação de vestibular.

⁷ Cumpre salientar que, em trabalhos de AD, a noção de equívoco não está para uma falha no simbólico, ou para aquilo que faria fracassar a desejada interpretação definitiva (una) para o leitor. Essa noção, diferentemente, corresponde a um fato estrutural da língua. Fato que – graças à sua existência! – (re)vela outras possibilidades de sentidos para o dizer.

3. *Afinal, que informações (ainda) faltariam por (se) dizer?*⁸

Ao abrir o presente tópico, ficamos nos interrogando sobre qual seria o meio mais claro de conduzir uma discussão acerca do comentário que um corretor⁹ de redação de vestibular produziu para o que leu-interpretou de algumas passagens da redação de vestibular que aqui expomos como material de análise. Tal comentário, muito intrigante, diz respeito à “certeza” que o C1 nos apresenta face o que identificou no T1. Nas palavras do C1, “o candidato *não* consegue reformular, reescrever com suas próprias palavras a ideia central do texto motivador, *faltam mais informações*, não utiliza a mesma ordem das ideias que aparece no texto motivador; portanto, não faz a paráfrase” (ênfases nossas). Antes, porém, de analisarmos esse dizer do C1, vejamos o que o T1 nos relata:

Texto 1 (T1): Programar ou Educar?

Soluções rápidas para problemas antigos. Esta é uma das funções das tecnologias que são criadas e dos estudos dos cientistas. Mas até que ponto podemos usar destes artifícios?

Neste mundo moderno onde o avanço tecnológico cresce a cada dia temos uma grande preocupação, a violência. Esta também vem crescendo muito desde os últimos tempos, mas não é boa ainda não vemos uma solução para acabar com ela. E na preocupação de tentar exterminar este problema chegamos a seguinte questão: por que não usar a tecnologia a nosso favor?

Estudos para se encontrar um jeito de interferir no cérebro de criminosos e modifica-los vem sendo apresentados, o que pode não ser tão bom assim.

É certo que as nossas vidas ficaram mais práticas com todas essas nossas *invenções*, mas também estamos vendo aos poucos à perda da subjetividade de cada um. Estamos nos tornando muito mecanizados.

Usar a tecnologia para mudar a mente dos bandidos, alterar o comportamento destes, pode funcionar, mas teríamos assim não um progresso, e sim uma transgressão.

Devemos arrumar um jeito de deter a criminalidade que faça não só com que este acabe, mas também que as relações humanas se tornem mais calorosa, pois estas com a mecanização do homem estão ficando cada dia mais frias.

Os governos deveriam investir em políticas de educação dos criminosos que cumprem pena e em campanhas de conscientização. Investir na educação escolar de jovens e adolescentes principalmente de comunidades carentes também poderia ser de grande utilidade.

⁸ Como em minha dissertação de mestrado – SANTOS (2010) –, a análise que aqui apresentamos procura, a partir do cotejo realizado entre enunciados do T1 e enunciados do texto motivador (doravante, TM – cf., (1) Anexo) que fez parte de uma prova de redação de vestibular, descrever e interpretar fatos de linguagem relacionados à interpretação que aluno vestibulando efetivou no texto aqui aduzido – fatos que, diante da avaliação (ver grifos no T1) de um de seus corretores (corretor n.1, C1), (d)enunciam para nós a/uma escrita da palavra que passou significar do lugar de uma “suposta falta”, “a falta” de algumas de “suas” informações. Acerca do T1 (a seguir), aproveitamos da nota para dizer ao leitor que mantivemos sua escrita semelhante à forma com que foi redigida para a instância vestibular.

⁹ Para este corretor (C1), foi apenas (de nossa parte) solicitado que, no T1, localizasse (grifasse) alguma informação parafraseada do TM. O mesmo foi solicitado para um segundo corretor (corretor n.2, C2).

Programas robôs, sem sentimentos, vontade e donos das suas próprias escolhas não é a solução. Temos que reeducar e educar seres humanos, que sejam capazes escolhas certas e viver em paz numa sociedade sem que para isso precisem de uma “ração especial” ou um chip.

No que tange ao texto em tela, ocupamo-nos em analisá-lo a partir de reescritas que o aluno vestibulando produziu para enunciados do TM da prova de redação de vestibular. Essas reescritas (no T1 grifadas) (que “não são”, segundo o julgamento do C1, da ordem dos mesmos sentidos que, supostamente, o TM porta) nos permitem retomar (e corroborar) algumas das observações expostas neste artigo, em especial aqui, aquelas que enfatizam a noção de interpretação enquanto lugar que (pro)move sentidos – sentidos que, nessa condição, passaram a ser outros, já que “sofreram” dos efeitos de seu encontro com o real da língua, o qual não cessou/cessa de (não) re-escrevê-los.

Sendo assim, sequencialmente, analisamos as “*não-paráfrases*” que o C1 localizou nos 3º§, 4º§ e 6º§ do T1. De um modo geral, destacamos que em tais reescritas há, de fato, efeitos de sentido da ordem do diferente se fazendo notar pela via da rede de relações (no caso, entre palavras/enunciados) que o aluno vestibulando reformulou para o que leu-interpretou de dizeres do TM. Esses efeitos de sentido, os quais foram percebidos na condição de outros sentidos, de sentidos que, consoante a avaliação do C1, “*não*” correspondem às mesmas informações que o TM aborda, nos autorizam afirmar que a estrutura linguística que os enreda (re)vela significados que não emergiram exatamente no T1. Ante a estes outros significados para dizeres do TM, percebemos que sua rejeição (da parte do C1) se deve porque a uma redação de vestibular são imputados critérios avaliativos que não aceitam uma escrita da ordem da “falha”.

No entanto, o fato de o C1 não ter concebido nas reescritas do T1 parafraseamentos para formas linguísticas do TM quase nada denota a esta análise. É justamente a avaliação-interpretação que ele conferiu ao que, linguisticamente, encontrou reescrito em três parágrafos da redação acima que se torna cara às nossas discussões acerca da noção de interpretação. Neste ponto, observa-se que a leitura que o C1 produziu do TM deve tê-lo orientado para o esperado reencontro de “seus mesmos significados” na redação do aluno vestibulando – significados que, da perspectiva do C1, estariam postos na estrutura do TM.

Com efeito, esse modo de o C1 ler o T1 leva-nos aqui a perceber dois fatos. Um deles diz respeito à concepção de leitura/interpretação e de escritura que este corretor toma para avaliar a redação do aluno vestibulando; o outro corresponde à sua avaliação (do C1) frente ao que supõe “faltar” em reescritas do T1.

No que toca o primeiro desses fatos, observa-se que – semelhante às primeiras discussões que, neste artigo, trouxemos sobre a noção de interpretação – a concepção de leitura/interpretação e de escritura que o C1 aplica ao avaliar o T1 remete-nos à crença de que os processos de ler/interpretar/escrever textos somente se efetivam “corretamente”, se, da parte do leitor, for (bem) observado o que aí se “diz/ representa”. Perante isto, asseveramos que tal corretor sequer cogita sobre historicidades que (se) relacionam (aos) dizeres do TM, afetando “seus” sentidos. Aqui é oportuno recorrer ao comentário que o C1 nos expôs acerca do que era esperado nas passagens que grifou no T1. Se tal corretor nos afirma que, no T1, “o candidato não consegue reformular, reescrever com suas próprias palavras a ideia central do texto motivador”, justificando que isso não se efetivou, pois ele (o candidato) “não utiliza a mesma ordem de ideias (...)” de conteúdos que aí devem existir, é porque se esperava que as in-

formações do T1 fossem, em sua suposta plenitude/imanência, resgatadas pela escrita do aluno vestibulando. Ler/interpretar/escrever, então, na perspectiva do C1 corresponderia a um trabalho de extração dos “mesmos significados”, no caso, do TM.

Quanto ao segundo dos fatos que observamos para o T1, atentemo-nos melhor para avaliação do C1, avaliação que, às três tentativas do aluno vestibulando em reescrever conteúdos do TM, assevera faltar informações. Acerca destas, de fato, quando comparados os enunciados motivadores (TM) e enunciados que agora analisamos melhor no texto T1 (3º§, 4º§ e 6º§), verificam-se efeitos de sentido se constituindo a partir de estruturas que são diferentes. Vejamos, aos poucos, isso!

Primeiramente, em se tratando do 3º§ do T1, que na verdade é produto de uma mexida na rede de significantes que o aluno vestibulando realizou de algumas partes do dizer “Pesquisas que visam a estudar e modificar o comportamento de delinquentes e psicopatas *podem ser apresentadas* à sociedade como uma solução ao problema da criminalidade” (TM/2º§ – ênfases nossas), constatam-se sentidos que nos esclarecem sobre o trabalho de estudiosos que “já” põem em ação o que desejaram (“Estudos para se encontrar um jeito de interferir no cérebro de criminosos e modificá-los *vem sendo* apresentados (...)” [ênfases nossas]) e não exatamente sentidos que (re)velam algo que pode ainda ser apresentado. Dessa forma, é possível asseverarmos que a reescrita do 3º§ do T1 nos exhibe outros efeitos de sentido para o enunciado que a motivou (TM/2º§). Ademais, o fato de o produtor da reescrita em questão ter optado por uma inversão sintática do enunciado motivador, o 2º§ do TM, nos faz entender aqui que a interpretação daí realizada não levou em conta os fins a que pesquisas científicas com humanos delinquentes prestar-se-ão; estas, conforme o TM, visam a solucionar problemas de criminalidade e não a “encontrar um jeito de interferir no cérebro de criminosos e modificá-los” (?).

Também, no 4º§ do T1, outros efeitos de sentidos (diferentes do TM) podem ser aí observados. Ora, em algumas passagens do TM, temos informações sobre pesquisas científicas tais como “O estudo do cérebro conheceu avanços sem precedentes nas últimas duas décadas, com o *surgimento de tecnologias* (...)” (1º§ – ênfases nossas); “[...] essa revolução [...] abre novas possibilidades para um campo da ciência que sempre despertou controvérsias de caráter ético – a interferência no cérebro destinada a *alterar o comportamento de pessoas*” (1º§ – ênfases nossas) que não foram mantidas de modo semelhante em reescritas que o C1 encontrou no T1 – 4º§. Neste parágrafo (T1), fala-se vagamente dessas tecnologias, bem como do que estas representam para a ciência. Assim sendo, percebe-se que ao se respaldar no que o TM informa sobre o surgimento de tecnologias científicas e no que aí se põe em xeque (as controvérsias disto), o aluno vestibulando disso interpretou que as atitudes de cientistas que se propõem a interferir no cérebro humano, no caso, para modificar o comportamento de delinquentes, levam-nos “à perda da subjetividade” humana (T1), o que, conseqüentemente nos torna seres mais mecanizados (Cf., 4º§ do T1). Aqui, é oportuno dizer que a avaliação que outro corretor, agora o C2, fez do 4º§ do T1 nos dá a ilusão de que o aluno vestibulando, pela via de repetições de palavras do 1º§ do TM, produziu um efeito de mesmos sentidos do que aí leu. Porém, tal comentário conclui que isso não veio a ocorrer: o vestibulando “(...) violou as ideias do texto motivador”.

Acerca do 6º§ do T1, assinalamos que também se constroem aí diferentes efeitos de sentido para mais uma das tentativas de reescrita do aluno vestibulando. Nesse parágrafo do T1, busca-se retomar a ideia de que as pesquisas que cientistas pretendem desenvolver com delinquentes e psicopatas podem solucionar problemas tais como o da criminalidade (TM/2º§). No entanto, a construção da estrutura linguística que

(des)envolve informações do 6º§ do T1 (re)vela efeitos sentidos carregados de certo tom pessoal, sentidos que, no TM, não se fazem “presentes” — para o caso, o aluno vestibulando deve ter interpretado que pesquisas científicas que visam a interferir no comportamento de criminosos podem ao mesmo tempo ser benéficas ao homem, ou não, já que podem fazer deste um ser cada vez mais mecanizado, o que, consequentemente, o levaria a se relacionar menos calorosamente com outras pessoas.

Diante dessas comparações que estabelecemos entre alguns enunciados do TM e os três parágrafos do T1 acima analisados — sem perder de vista o que aí nos moveu a perscrutar sentidos (a interpretação que o C1 realizou do T1 e, também, sua avaliação que daí nos permitiu examinar efeitos de sentido), fica para nós que houve uma dispersão de sentidos na escrita do aluno vestibulando; dispersão que ele não conseguiu controlar, posto que emergem efeitos de sentido diferentes daqueles que podemos notar da leitura do TM. Quanto a isso, nas palavras de Pêcheux (2008, p. 53), cabe reforçar que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”.

4. Considerações finais

Conforme nossas discussões acima, *(Re)pensando a noção de interpretação — transparência ou opacidade?* — é válido dizer que, somente durante práticas de leitura-*interpretação de textos* haverá possíveis efeitos de sentidos (aí) se (re-des)construindo. Assim sendo, há que se concordar com Derrida (*apud* GRIGOLETTO, 2003, p. 31), quando afirma que “não há signo linguístico antes da escritura”. Ou seja, não existem significados anteriores à atividade de ler-interpretar textos, dado que qualquer um desses, por serem efeito de/nas relações que se dão entre signos, nada mais são que novos significantes a cada reescrita que leitores realizam do simbólico.

Sob essa perspectiva, a noção de interpretação admite que não há significados que sejam anteriores à própria linguagem, significados que, ilusoriamente da parte de um leitor, estariam preservados nas palavras, cabendo a este senão a tarefa de extraí-los destas. Como então *o sentido é sempre em relação a* (Cf. ORLANDI, 2003, p. 18-19) — o que, por esse motivo, leva-nos a aceitar que este sempre esteja se (re)fazendo em meio a outros sentidos —, a própria noção de interpretação, quando vista assim, já nos convoca ao novo, à ressignificação, ao sentido que, a cada leitura, pode ser outro.

Assim, interpretar não resulta do pretense desejo de leitores em determinar os sentidos de um texto por meio de supostos conteúdos que estes, em sua “transparência”, já os “trazem”. Isso, nas palavras de Orlandi (2007, p. 95), traduz-se no que se chama de “perfidia da interpretação: o fato que consiste em considerar o conteúdo (suposto) das palavras e não — como deveria ser — o funcionamento do discurso na produção dos sentidos”¹⁰. Com efeito, sob nossa óptica, interpretar é admitir, em meio às tramas de convenções ideológicas que determinam e direcionam sentidos para os tex-

¹⁰ Aqui cabe pensar no porquê de tal perfídia, relacionando-a à noção de ideologia, ideologia que, em trabalhos de AD não significa ocultação de supostos conteúdos “das” palavras, mas a simulação destes. Neste ponto, há que se admitir que é justamente nossa ilusão em acreditar que existem significados depositados nas palavras que torna possível o processo de leitura-*interpretação de textos*; é preciso, nesse caso, que o sentido se dê como evidência empírica para o leitor que, imerso no simbólico, está a lê-lo/interpretá-lo.

tos, que há o impossível próprio à língua – impossível que é senão o real da interpretação – (se) re(ins-es)crevendo a cada gesto (nosso) de (re)produção de significados. Consequentemente, não há a interpretação “correta” – como, por exemplo, esperava o C1 na análise que construímos para T1 há pouco aduzida –, já que esta, de fato, é da ordem de uma não totalidade.

Referências

- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- COPEV. *Arquivo de prova*. Dez 2008. Disponível em: <<http://www.ingresso.ufu.br>>. Acesso em: 03.01.2012.
- FUCHS, C. [1989]. “L'hétérogénéité interprétative”, in: H. Parret (éd.). *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris: Editions du CNRS, 1991, pp. 107-120.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.
- GRIGOLETTO, Marisa. “A constituição do sentido em teorias de leitura e a perspectiva desconstrutivista”, in: ARROJO, Rosemary (org.). *O signo desconstruído*. São Paulo: Pontes, 2003.
- _____. “A desconstrução do signo e a ilusão da trama”, in: Arrojo, Rosemary (org.). *O signo desconstruído*. São Paulo: Pontes, 2003.
- MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- ORLANDI, Eni. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1988.
- _____. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *Rua – Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da Unicamp NUDECRI*. Campinas: UNICAMP, n. 4, 1998, p. 9-19.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura, efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2008.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. “O conceito de interpretação em lingüística: seus alicerces e seus desafios”, in: Arrojo, Rosemary (org.). *O signo desconstruído*. São Paulo: Pontes, 2003.
- SANTOS, Hélder Sousa. *A paráfrase no vestibular: uma prática de (re)formulação do dizer*. Uberlândia: 2010. (Dissertação de Mestrado).

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

Anexo (1): TM

O estudo do cérebro conheceu avanços sem precedentes nas últimas duas décadas, com o surgimento de tecnologias que permitem observar o que acontece durante atividades como o raciocínio, a avaliação moral e o planejamento. Ao mesmo tempo, essa revolução na fisiologia abre novas possibilidades para um campo da ciência que sempre despertou controvérsias de caráter ético – a interferência no cérebro destinada a alterar o comportamento de pessoas. Há duas semanas, um grupo de pesquisadores gaúchos ligados a duas universidades anunciou um projeto que vai estudar o cérebro de cinquenta jovens homicidas, com idade entre 15 e 21 anos, detidos na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, a antiga Febem de Porto Alegre. Os jovens serão submetidos a uma série de imagens e sons violentos enquanto uma máquina de ressonância magnética funcional analisará a atividade de várias regiões do cérebro deles, principalmente o lobo frontal. Estudos feitos nas últimas décadas apontam que alterações no funcionamento do lobo frontal, situado sob a testa, podem ser responsáveis por perturbações no juízo crítico e por um aumento da agressividade. O anúncio do projeto provocou reações de protesto. Um manifesto contra a pesquisa vem ganhando a assinatura de cidadãos e entidades ligadas aos direitos humanos. “Supondo-se que se confirme a hipótese de que há alterações no cérebro dos infratores, que uso se fará dessas informações?”, pergunta a psicóloga Ana Luiza Castro, do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Na Inglaterra, está em curso uma pesquisa que pretende interferir no comportamento dos criminosos jovens de três instituições penais, reduzindo o índice de violência entre eles. O estudo, patrocinado pela entidade beneficente Wellcome Trust, vai adicionar à dieta dos presos trinta suplementos alimentares, entre eles os ácidos graxos, presentes em substâncias como o óleo de fígado de bacalhau. Supõem os pesquisadores que os suplementos serão capazes de tornar os criminosos mais sociáveis. Os detratores do projeto dizem que não há maneira de aferir o resultado da dieta no cérebro dos presos. “É certo que há alimentos que beneficiam o cérebro como um todo, mas não há como dizer que um deles beneficie a área da comunicação, outro a dos julgamentos morais e por aí fora”, diz a neurologista Lucia Mendonça, presidente da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia.

Pesquisas que visam a estudar e modificar o comportamento de delinqüentes e psicopatas podem ser apresentadas à sociedade como uma solução ao problema da criminalidade. O questionamento ético inerente a esses estudos é evidente quando o comportamento anti-social esbarra em questões culturais. Os avanços da neurociência poderiam permitir aos aiato-lás determinar uma intervenção médica no cérebro de uma mulher que se recusa a cobrir o rosto com véu de forma a “curar” sua rebeldia? No futuro, é possível que os testes para emprego exijam exames com tomografia ou ressonância magnética para avaliar se o cérebro do candidato tem características que o credenciem à vaga. Pesquisadores da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, e do Rotman Research Institute, do Canadá, já contribuíram para esse cenário. Num estudo recente, eles avaliaram 36 pacientes que sofreram danos cerebrais como resultado de trauma ou retirada de um tumor benigno. Concluíram que as lesões no lobo frontal induzem a comportamento instável. “Nosso estudo mostra que danos em certas áreas do lobo frontal podem debilitar a capacidade de agir nas atividades rotineiras – um requisito-chave para conservar um emprego”, afirma o coordenador do estudo, o psicólogo Donald Stuss. Os autores da pesquisa com jovens homicidas gaúchos argumentam que a análise das imagens cerebrais é apenas um braço do estudo. Serão avaliados também fatores como o histórico familiar e a condição socioeconômica dos criminosos. O objetivo, segundo eles, é ajudar a formular políticas públicas para evitar que os jovens desenvolvam comportamento

violento. É fácil entender como o fato de nascer em famílias dilaceradas ou miseráveis induz os jovens ao comportamento anti-social. Já a influência da configuração do cérebro nesse processo é duvidosa e deixa em aberto a questão: até que ponto é aceitável intervir no cérebro humano.